

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM PROCESSO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANA

Jade Nayara de Moura¹

Regina de Jesus Chicarelle²

Resumo: A avaliação na educação infantil é uma prática fundamental do trabalho docente, que contribui para o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, a presente pesquisa tem por seu principal objetivo compreender como a avaliação na primeira etapa da educação básica influencia os processos de ensino e de aprendizagem. Para tanto, cabe estabelecer alguns objetivos específicos, os quais são: apresentar brevemente a história da educação infantil, bem como, as legislações com o foco na avaliação; apontar algumas concepções da avaliação a fim de compreender seus objetivos; distinguir os possíveis tipos de processos de avaliação existentes, bem como, os instrumentos utilizados para a educação infantil, buscando refletir sobre seus impactos sobre o ensino e a aprendizagem; discutir a respeito de que maneiras possíveis o professor pode influenciar nos processos de ensino e de aprendizagem por meio da prática avaliativa. Para o aprofundamento teórico desse estudo, recorreremos aos estudos de Hoffmann (2003), Moro (2011), Carneiro (2010), Perrenoud (1999), bem como a outros estudiosos que discutem sobre a avaliação na educação infantil. Como procedimento metodológico, utilizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico, composta por uma revisão de teorias e aprofundamentos que nos levam a compreender a avaliação como uma prática influenciadora tanto para o ensino do educador, quanto para a aprendizagem do aluno. Os resultados revelam que o processo de avaliação envolve um conjunto de ações que contribuem para a melhoria da prática pedagógica e para os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, tendo o professor mediador como principal influenciador nesse processo.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Processos de Ensino e Aprendizagem.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

² Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Abstract: The evaluation in the childhood education is a fundamental practice in the teacher work, that contributes to the integral development of the child. In this sense, the present research has as its main objective to understand how the evaluation on the first fase of the basic education influences the learning and teaching process. In order to do so, it is necessary to establish some specific objectives, which are: to briefly present the history of childhood education, as well as the legislation focused on evaluation; to point out some conceptions of evaluation in order to understand its objectives; to distinguish possible types of evaluation processes, as well as the instruments used for childhood education, in order to reflect on their impact on teaching and learning; to discuss about in what possible ways the teacher can influence the teaching and learning processes through evaluative practice. For the theoretical depth of this study, we used the studies of Hoffmann (2003), Moro (2011), Carneiro (2010), Perrenoud (1999) as well as other scholars discussing evaluation in childhood education. As a methodological procedure, we chose bibliographic research, composed of a review of theories and deepening that lead us to understand the evaluation as an influencing practice both for the educator's teaching and for the student's learning. The results show that the evaluation process involves a set of actions that contribute to the improvement of the pedagogical practice and to the processes of learning and development of the child, with the mediating teacher as the main influencer in this process.

Keywords: Evaluation. Childhood education. Teaching and learning processes.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação é uma prática presente no cotidiano e por isso se torna um tema de grande relevância a ser refletido e estudado. Seja na escola, no emprego, ou mesmo na sociedade em geral, alguém sempre está avaliando ou sendo avaliado. No âmbito escolar, a avaliação faz parte do processo de ensino sendo ferramenta fundamental do trabalho docente, utilizada para acompanhar a aprendizagem do aluno.

Por meio da prática avaliativa é possível que o professor identifique avanços e dificuldades, permitindo-lhe ajustar sua prática de acordo com a necessidade de aprendizagem da criança, não devendo ser realizada somente para medir o nível de conhecimento ou como meio de atribuição de notas e classificação, como podemos observar no decorrer da trajetória escolar e até mesmo na graduação.

A partir deste estudo, abordamos a temática sobre a avaliação na primeira etapa da educação básica, que tem o intuito de promover o desenvolvimento integral da criança. A prática avaliativa na Educação Infantil consiste tanto como indicador de qualidade do sistema de ensino, quanto da prática docente e dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos.

O interesse em aprofundar acerca da pesquisa referente à avaliação foi se estabelecendo a partir de experiências vivenciadas durante o estágio em Educação Infantil, quando senti a dificuldade em avaliar crianças de um ano de idade em uma intervenção pedagógica. Dessa maneira, iniciamos uma pesquisa para sanar as dúvidas existentes, porém, algumas persistiram, sendo a maior delas, compreender de fato a influência da avaliação nos processos de ensino do professor e de aprendizagem da criança. Assim sendo, se fez necessário um aprofundamento teórico para compreender: Como a avaliação na Educação Infantil influencia os processos de ensino e aprendizagem? Neste sentido, no decorrer do trabalho, pontuaremos questões referentes às contribuições do processo avaliativo nos processos de ensino e de aprendizagem na Educação Infantil.

Este estudo tem como objetivo geral compreender como a avaliação na primeira etapa da educação básica influencia os processos de ensino e de aprendizagem. Para tanto, cabe estabelecer alguns objetivos específicos, os quais são apresentar brevemente a história da educação infantil, bem como, as legislações com o foco na avaliação; apontar algumas concepções da avaliação, a fim de

compreender seus objetivos; distinguir os possíveis tipos de avaliação existentes, bem como, os instrumentos utilizados para a educação infantil, buscando refletir sobre seus impactos sobre o ensino e a aprendizagem; discutir sobre as possíveis maneiras que o professor pode influenciar nos processos de ensino e de aprendizagem por meio da prática avaliativa.

O referencial teórico utilizado para a realização da pesquisa reúne autores que tratam sobre a avaliação como uma prática fundamental para o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Para o aprofundamento teórico desse estudo, recorreremos aos estudos de Hoffmann (2003), Moro (2011), Carneiro (2010), Perrenoud (1999), bem como a outros estudiosos que discutem sobre a avaliação na educação infantil. É necessário destacar que para discutirmos sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil, tomamos como referência a abordagem histórico-cultural sobre o desenvolvimento humano (VYGOTSKY, 1998) que aborda especificamente estes conceitos.

A pesquisa é de cunho qualitativo, com caráter metodológico bibliográfico, composta por uma revisão de teorias e aprofundamentos, que nos levam a responder os problemas evidenciados nesta pesquisa sobre a influência da avaliação para os processos de ensino e de aprendizagem na Educação Infantil. Espera-se que o processo avaliativo seja um instrumento indispensável para o trabalho pedagógico, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho será dividido em subtemas. O primeiro consiste nesta introdução. O segundo tem por finalidade, apresentar um breve histórico da Educação Infantil, bem como as legislações, a fim de identificar quando e de que forma a avaliação passou a ser estabelecida na primeira etapa da educação básica. No terceiro, busca-se apontar algumas das concepções da avaliação na Educação Infantil compreendendo seus objetivos. O quarto tem como objetivo apresentar alguns dos instrumentos utilizados para o registro, identificando suas características. No quinto, busca-se discutir sobre o papel do professor na prática avaliativa. E por fim, no sexto subtema, tecemos as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO E AVALIAÇÃO

Este subtema tem como objetivo compreender o surgimento da Educação Infantil no país, bem como, as legislações que estabelecem e orientam as práticas educacionais, sobretudo, a avaliação na primeira etapa da educação básica.

No Brasil, durante muito tempo, o atendimento às crianças de zero a cinco anos foi marcado pelo caráter assistencialista que auxiliavam as mulheres trabalhadoras e as viúvas desamparadas. Inicialmente, estas instituições assistencialistas realizavam uma prática relacionada apenas ao cuidado das crianças e, portanto, não havia a preocupação com o ato de educar e a prática avaliativa não era necessária.

O abandono de crianças e conseqüentemente o alto índice de mortalidade infantil eram fatores comuns no século XVIII, pois para os adultos as crianças não tinham valor. Preocupados com a situação, setores da sociedade como religiosos, empresários e educadores, começaram a pensar em um espaço para o cuidado da criança fora do ambiente familiar (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Uma dessas instituições ficou conhecida como Casa da Roda ou Roda dos Expostos, sendo a única que acolhia crianças abandonadas no país. É neste contexto que as crianças passaram a serem vistas pela sociedade, porém ainda com um olhar caritativo.

Inspirados na Europa, no século XIX, em nosso país, as crianças eram atendidas de forma desiguais que dependiam principalmente de sua situação econômica. As creches tinham caráter assistencial e atendiam as crianças órfãs, abandonadas, filhos de trabalhadoras e de classe média baixa, ofereciam atividades voltadas aos cuidados com a saúde, alimentação, higiene e comportamentos sociais. Os jardins de infância tinham um caráter educacional e atendiam as crianças de classe média alta, com atividades voltadas aos aspectos físicos, sociais, afetivos e cognitivos (KRAMER, 1995).

O avanço da industrialização causou o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho e aumentou a demanda pelo serviço das instituições atendidas à infância. As trabalhadoras, influenciadas pelos movimentos feministas dos Estados Unidos, reivindicaram e defenderam a ideia de que as creches e pré-escolas deveriam atender todas as crianças, independente de classe social, com

verdadeiras propostas pedagógicas. Logo, surgiu a necessidade de discutir sobre o atendimento à infância como direito da criança independente de sua classe social.

Em decorrência das lutas e mobilizações, no ano de 1988, o direito à educação, foi garantido e reconhecido para todos na Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso IV, determina que “O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia da oferta da Educação Infantil, em creches e pré-escolas às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir desta Lei, as creches que antes estavam vinculadas com a assistência social passaram a ser de responsabilidade da educação e as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos.

Dois anos depois, foi aprovada e sancionada a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirma os direitos adquiridos com a Constituição Federal, dispondo sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. No capítulo IV, que trata Do Direito à Educação, o Art. 53, determina que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa” (BRASIL, 1990). Além disso, a Lei assegura igualdade, respeito e direitos em relação à educação.

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/96, que regulamentou o sistema educacional do Brasil. A LDB enfatiza a importância da Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança oferecida em creches ou entidades equivalentes e pré-escolas. É neste momento que o processo de avaliação torna-se uma determinação, no Art. 31, a lei estabelece que “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Ou seja, não deve ter como objetivo a aprovação ou a reprovação da criança.

Entretanto, a LDB disponibiliza poucas informações a respeito desta prática avaliativa, porém no decorrer dos anos, o MEC publica documentos norteadores que esclarecerem algumas dúvidas a respeito deste processo. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) considerado um guia de orientação para profissionais da educação e instituições, aponta que:

A avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo (BRASIL, 1998, p. 59).

Além de evidenciar a função da avaliação na Educação Infantil, o RCNEI define que o maior objetivo deste processo é a melhoria da ação educativa. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/ CEB 5, de 17/12/2009), também determinam as seguintes orientações:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2009, p. 18).

Nas Diretrizes, é importante destacar a necessidade da observação para o processo de avaliação, que deve ser crítica e contínua, sendo registradas com relatórios, fotos, desenhos etc. O Parecer CNE/CEB n. 20/2009, estabelece que os responsáveis por criar procedimentos para a avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças são as instituições de ensino e reforçam que a função da avaliação é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as

atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição (BRASIL, 2009, p. 16).

As leis e regulamentações que norteiam às práticas educativas apontam a avaliação como instrumento fundamental para a educação infantil. No entanto, mesmo sendo uma exigência legal, não há garantia que as práticas avaliativas estejam ocorrendo da maneira estabelecida. É necessário que as instituições de ensino e profissionais da educação, se amparem nestas orientações para conseguirem realizar de fato, o processo avaliativo de uma forma significativa.

Para que a avaliação ocorra de forma significativa, contribuindo para a formação humana, é importante que os profissionais da escola participem de estudos e formações, a fim de compreenderem a prática avaliativa como instrumento essencial tanto para o processo de ensino do professor quanto para os processos de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos.

3 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O processo de avaliação requer do professor uma compreensão clara e coerente de seu próprio papel. A função do professor é essencial na prática avaliativa, pois é ele o protagonista de toda a ação, avaliando a criança e a si próprio. Cabe ao professor definir sua concepção de avaliação e organizar todas as ações de acordo com seus objetivos.

É importante destacar que existem diferentes concepções de avaliação e que estas, devem ser coerentes com as concepções de educação, infância, aluno, homem e sociedade, dos profissionais da educação, bem como, com sua prática pedagógica. Além disso, é preciso ter um embasamento teórico, consistente, articulado com uma prática que possibilite o domínio sobre esses aspectos.

Dentre as concepções existentes de avaliação, realizamos uma busca por autores que compreendem a prática avaliativa tanto como indicador de qualidade do sistema de ensino, quanto da prática docente e dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças. Sendo assim, iniciamos com os apontamentos de Carneiro (2010)

A avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino (CARNEIRO, 2010, p. 6).

Entendemos que a autora compreende a avaliação como um processo de acompanhamento tanto do ensino, quanto da aprendizagem. Enquanto acompanha a aprendizagem e o desenvolvimento da criança o professor também reorganiza sua própria forma de ensino. Além disso, o autor destaca a importância dos métodos e dos instrumentos avaliativos, entretanto, cabe pontuarmos que nem todos os métodos são considerados bons e nem todos os instrumentos são suficientes para tal ação.

A concepção tradicional de avaliação ainda é existente no âmbito educacional e consiste no modelo classificatório. Hoffmann (2003) aponta que este modelo possui uma percepção equivocada do ato de avaliar, utilizando de fichas como instrumentos para registrar os comportamentos apresentados pelos alunos.

Em muitas instituições, a prática avaliativa se reduz aos preenchimentos dessas fichas de comportamento ou elaboração de pareceres descritivos e padronizados ao final de determinados períodos. O cotidiano da criança não é verdadeiramente levado em conta, nem é considerada a postura pedagógica do educador, à semelhança do ocorrido no ensino regular (HOFFMANN, 2003, p. 11).

O preenchimento das referidas fichas se limitam, em alguns casos, em listas padronizadas, que classificam por meio de pareceres e escalas comparativas se o aluno atingiu ou não o objetivo proposto, desconsiderando o trajeto realizado pela criança. Zabalza (2006), não descarta a importância da documentação, desde que venham acompanhados de uma reflexão. Neste sentido, Micarello (2010) aponta que

processo de avaliação precisa buscar as referências na própria criança e não em padrões pré-estabelecidos aos quais ela deve corresponder.

Para Hoffmann (2003, p. 11), o modelo de avaliação classificatória é considerado um “[...] mero executor de instrumentos de controle” se resumindo apenas em “[...] uma exigência do sistema, do corpo técnico-administrativo ou das famílias”, já que em alguns casos a avaliação é realizada apenas para cumprir a determinação da escola, ou ainda, para comprovar para a família o trabalho realizado com os alunos.

Além disso, esse conceito de avaliação não considera os processos de aprendizagem e de desenvolvimento da criança em sua totalidade, deixando de valorizar aspectos fundamentais que possibilitam a apropriação do conhecimento. Por isso, é necessário que o processo avaliativo seja realizado continuamente, considerando todo o percurso da criança, não somente os resultados por ela apresentados.

Neste sentido, Moro (2011) ao escrever sobre a avaliação especificamente na educação infantil, ressalta a necessidade de considerar que todo o percurso pois,

Não há como avaliar exclusivamente a aprendizagem, desconsiderando o contexto educacional que se criou para que tal aprendizagem aconteça. Ao observar a criança se observa também o contexto criado. Ao avaliá-la o professor também avalia o processo e o contexto educativo (MORO, 2011, p. 38).

Como aponta a autora, não há como avaliar uma criança sem considerar as circunstâncias criadas para que ela aprenda e se desenvolva. Assim, compreendemos quando alguns autores defendem que a avaliação deve ser realizada constantemente e não somente aos finais de semestre.

Outra concepção de avaliação encontrada nas escolas é a de caráter formativo que ocorre ao longo do ano escolar, através do acompanhamento do professor sobre o aluno. Nesta concepção, a avaliação associa-se ao ato de ensinar e formar o aluno em um processo contínuo, assim como aponta Perrenoud (1999, p. 75)

A avaliação é formativa quando o professor contribui para a regularização das aprendizagens no sentido de domínio, numa concepção particular de objetivos, da aprendizagem ou da intervenção didática, não esquecendo que é preciso de um aprendiz, um professor para organizar e gerir as situações didáticas.

De acordo com o autor, a avaliação formativa consiste na relação entre professor e aluno. O papel do professor é o de mediar o conhecimento ao aluno, oferecendo-lhe um espaço adequado para novas descobertas e aprendizagens para que o mesmo se desenvolva.

Para Hoffmann (2003), a mediação do professor é fundamental para uma avaliação efetiva, para isso o tal Profissional precisa ter um olhar atento e reflexivo, sobre as ações e pensamentos da criança.

A ação mediadora do educador resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc., como elementos constitutivos do espaço institucional, ao mesmo tempo em que percebe a criança sofrendo as influências desse meio e constituindo-se como sujeito a partir dessa interação (HOFFMANN, 2003, p. 30).

Isto é, para a autora é necessário que o professor tenha um olhar atento e reflexivo não só sobre a criança como também em sua história, pois essas características serão pontos de referência para uma ação educativa, criando uma relação de professor e aluno, envolvendo todos os atores que fazem parte dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Portanto, compreendemos que o processo de avaliação na educação infantil é composto por concepções diferentes, com objetivos distintos. No entanto, para que a prática avaliativa contribua com a formação humana é fundamental entender que esse processo consiste no acompanhamento dinâmico do desenvolvimento da criança, que demanda um processo de articulação entre planejamento, observação, registro, análise e replanejamento do trabalho educativo que possibilita a construção de novas aprendizagens.

4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é composto por instrumentos que auxiliam o professor a realizar suas ações. Destacamos inicialmente a observação com um dos principais instrumentos avaliativos, que deve ser realizada diariamente, pois a cada instante uma criança apresenta um comportamento significativo. Para observar, é necessário que o professor não somente tenha determinado um objetivo que irá

mediar toda a ação pedagógica, mas, também estar atento aos comportamentos instantâneos dos alunos, pois estes são fundamentais para as práticas avaliativas.

Todas as observações devem ser registradas. O registro, dessa forma representa um forte instrumento para a avaliação da criança, pois por meio dele é possível descrever as observações realizadas, para que as mesmas não sejam esquecidas. Para Hoffmann (2003), os registros precisam ser coerentes, respeitando o tempo de desenvolvimento de cada criança, destacando o processo percorrido e suas superações.

Registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com elas. Como história individual, devem esses registros revelar trajetórias individuais, peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu “ser” diferente dos outros. Diferenças entre elas entendidas como normais e não como vantajosas (HOFFMANN, 2003, p. 44).

De acordo com os apontamentos da autora, compreendemos que os registros revelam não somente os comportamentos apresentados pela criança no âmbito escolar, como também sua história, suas particularidades, pois são fatores que valorizam a prática avaliativa.

Segundo Hoffmann (2005) os registros podem ser descritos de diferentes formas, por instrumentos distintos, já citados anteriormente, tais como: ficha de comportamento, pareceres descritivos, relatórios de acompanhamento e o portfólio. Porém, percebemos que nem sempre os poucos instrumentos existentes são capazes de expressarem de fato o percurso realizado pelo aluno em sua totalidade. Cada instrumento possui suas características e especificidades, por isso cabe ao professor definir qual a melhor opção de acordo com o objetivo que se pretende avaliar.

Dentre as formas de registro utilizadas pelas instituições de educação Infantil, além das fichas de comportamento já mencionadas, encontram-se os pareceres descritivos que compreendem os relatos escritos do desempenho da criança. Apesar de terem um aspecto positivo em relação às fichas de comportamento, os pareceres descritivos também apresentam algumas falhas. Hoffmann (2003) menciona que há alguns equívocos na elaboração destes pareceres, como superficialidade, comparação e julgamentos de valor, para a autora, alguns pareceres aparentam

descrever as fichas de comportamento, sem nenhuma clareza teórica ou significado pedagógico.

Os pareceres descritivos assim como as fichas de avaliação propendem a estabelecer uma classificação entre o desenvolvimento das crianças, estes que ao invés de serem classificados, deveriam ser observados e analisados. Diante de tais críticas, Hoffmann (2003), salienta seu descontentamento com tais instrumentos e apresenta o relatório de acompanhamento como forma mais adequada para o registro de avaliação.

O relatório de acompanhamento precisa ser elaborado pela articulação entre a observação, a reflexão teórica e a intervenção pedagógica, para isso, é importante que o professor considere a história individual da criança e seu processo de construção de conhecimento, com um olhar reflexivo sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento, valorizando sua evolução.

Para que o relatório expresse objetividade e riqueza nas informações contidas sobre o processo vivido pelos alunos e professores no processo educativo, Hoffmann (2003) aponta algumas questões para nortear as observações e os registros, tais como:

De onde a criança partiu? Quais foram as suas conquistas? Que caminhos percorreu para fazer tais descobertas? Quais suas perguntas, dúvidas comentários? Como reagiu diante de conflitos emocionais e cognitivos? Qual o papel do professor nesses diferentes momentos? (HOFFMANN, 2003, p. 56).

Tais questões apresentadas pela autora contribuem para a construção de um relatório significativo, que expressem realmente o desenvolvimento da criança. Além disso, a autora continua pontuando questões referentes à construção dos relatórios sobre o olhar avaliativo do educador, que devem estar voltados para as áreas de conhecimento que as crianças apresentam avanços, os fatores que levam a contextualizar tais avanços, a área que deve ser mais trabalhada, bem como, a intervenção que pode ser realizada e a contribuição da família, também é preciso estar atento ao desenvolvimento da criança em relação às questões sócio afetivas e assumir uma postura diante dos conflitos apresentando algumas sugestões a família. Todos estes aspectos colaboram para que o professor defina critérios para planejar suas atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças, como aponta o RCNEI (BRASIL, 1998).

Outro instrumento utilizado pelas instituições de educação infantil é o portfólio, este instrumento é composto pelo conjunto de atividades realizadas pelo aluno, bem como de fotos e registros do professor. A utilização do portfólio como instrumento avaliativo é interessante, pois é construído tanto pelo professor, como pelo aluno, assim como aponta Hoffmann (2005)

Ora é o aluno que é levado a fazer os próprios registros, expressando o seu conhecimento em tarefas, testes, desenhos, trabalhos e outros instrumentos elaborados pelo professor. Ora é o professor quem registra o que observou do aluno, fazendo anotações e outros apontamentos. Quanto mais freqüentes e significativos forem tais registros, nos dois sentidos, melhores serão as condições do professor de adequar as ações educativas às possibilidades de cada grupo e de cada aluno (HOFFMANN, 2005, p. 119).

Neste sentido, o portfólio apresenta todo o progresso do aluno e, portanto, pode ser utilizado pelo professor para avaliar-se, readequando suas práticas de acordo com os resultados apresentados pelo aluno, tornando-se conseqüentemente, um bom instrumento avaliativo. No entanto, assim como os outros instrumentos já mencionados, o portfólio também pode apresentar falhas, caso o objetivo seja somente comprovar para a família e para os demais, o trabalho realizado pelo professor. É importante que as famílias conheçam o trabalho pedagógico realizado na escola, como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), no entanto, o objetivo do instrumento não deve ser este. Ressaltarmos ainda que a participação do aluno na construção do portfólio deve ser eficaz, pois esse contato possibilita descobertas e enriquece o processo avaliativo.

Diante dessa pesquisa, notamos que mesmo não citando todos os instrumentos existentes, há uma evidente escassez. Por isso, é necessário que o professor busque novos meios para avaliar e avalia-se, ou melhor, “cada professor pode inventar, criar seus próprios instrumentos de coleta e registro de informações, pois só assim eles serão adequados ao seu contexto de trabalho” (MORO, 2011, p. 39). Portanto, cabe ao professor reinventar novas formas para acompanhar e avaliar o aluno, contribuindo tanto para seu próprio processo de ensino, como para os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seu aluno.

Cabe ainda destacarmos nesta seção, a fundamental atuação do professor no processo de avaliação. Pois em todos os momentos ele é citado por sua responsabilidade de avaliador, desde como ele compreende a concepção de

avaliação, até mesmo como ele utiliza os instrumentos de avaliação. Portanto, é possível considerar que o papel do professor no processo avaliativo é um dos principais influenciadores nos processos de ensino e aprendizagem.

5 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO AVALIATIVO

Discutimos nas seções anteriores que a avaliação é um processo pertencente ao trabalho docente e que consiste na orientação e acompanhamento de todo o processo de ensino e aprendizagem, a fim de contribuir para a melhoria das ações educativas, proporcionando a apropriação do conhecimento do aluno. Isto é, cabe ao professor, oferecer meios para que o aluno aprenda e se desenvolva.

Essas interações entre professor e aluno caracterizam a relação que Vygotsky (1998) define por processos de ensino e aprendizagem. O processo de ensino consiste na prática docente do professor que tem a fundamental função de mediar o conhecimento ao aluno, oferecendo-lhes suporte para que os processos de aprendizagem e de desenvolvimento ocorram. Segundo Vygotsky (1998) os processos de aprendizagem e de desenvolvimento são processos distintos, mas que estão inter-relacionados, se influenciam e estão articulados entre si, em uma relação que o autor define por dialética.

Neste caso, compreendemos que a avaliação deve acompanhar tanto o desenvolvimento quanto a aprendizagem, para isso, é importante entender como se dá este processo. De acordo com Vygotsky (1998), desde o nascimento a criança se relaciona com as pessoas que estão a sua volta e com o meio no qual está inserida. A partir do momento em que há a interação, logo, inicia o processo de aprendizagem e conseqüentemente ela se desenvolve.

Os processos de ensino e aprendizagem são processos contínuos “[...] pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas” (OLIVEIRA, 1995, p. 57). Sendo assim, cada criança possui seu próprio percurso de aprendizagem e por isso a avaliação deve ocorrer de forma individual.

Desta forma, o professor deve iniciar o processo avaliativo identificando por meio da observação o nível de conhecimento do aluno, que consiste nas atividades que ele já consegue realizar sozinho. Utilizamos como exemplo, uma criança que já conhece o nome das cores, mas ainda não consegue identificá-las, logo, o objetivo

do professor consiste em fazer com que aquele aluno consiga estabelecer uma relação entre o nome e a cor. Para isso, o professor deve mediar o conhecimento ao aluno, elaborar estratégias pedagógicas, oferecendo um espaço propício para que a criança possa evoluir em seus processos de aprendizagem e de desenvolvimento. Neste percurso, o aluno pode apresentar dificuldades que são registradas por meio dos instrumentos avaliativos. Os resultados apresentados pelos registros devem ser utilizados para readequar a prática docente para que o aluno consiga avançar. Por fim, quando o aluno consegue alcançar o objetivo proposto sem auxílio, é porque este se apropriou de tal conhecimento.

Para que esta mediação aconteça é importante que o professor conheça a criança, sua realidade, suas particularidades, pois estes aspectos são fundamentais para o seu desenvolvimento. Por isso, “o contato dos educadores com a família é imprescindível para obter uma visão completa e não escolar do aluno” (ARRIBAS, 2004, p. 94). Esta colaboração entre pais e educadores possibilita ao professor explorar a realidade de cada criança, entendendo sua cultura, sua rotina, sua vivência familiar e partir dessas informações, compreender o que ela é capaz de fazer, sem compará-la com outras crianças.

Quando o professor avalia o desenvolvimento das crianças, é possível “perceber as necessidades dos alunos, planejar o que fazer para ajudá-los a superá-las” (MENDES; MUNHOZ, 2007, p. 35). Sendo assim, tal profissional precisa ter uma postura reflexiva para repensar suas práticas pedagógicas que deverão ir de encontro com tais necessidades apresentadas pelos alunos. Neste sentido, Hoffmann (2005) aponta que esse processo avaliativo mediador baseia-se em dois princípios, sendo eles o formativo e o ético.

O princípio formativo da avaliação mediadora está justamente na intenção do professor em desenvolver estratégias que desafiam as crianças a conquistar o objetivo, levando em consideração suas individualidades. O princípio ético é voltado para aqueles que mais precisam, efetivando a prática avaliativa a serviço desses alunos para que os mesmos avancem em suas aprendizagens (HOFFMANN, 2005). Nota-se, que a avaliação mediadora valoriza as diferenças e favorece as singularidades da criança em desenvolvimento.

A avaliação com caráter formativo consiste em um processo que envolve uma série de ações, sendo elas, o levantamento de dados para identificar o nível de desenvolvimento real do aluno, a reflexão do educador a partir dos dados coletados

nos seus registros avaliativos, o replanejamento da prática docente mediadora e a ação planejada para auxiliar a superação das dificuldades apresentadas, até que ela alcance o nível de desenvolvimento potencial. De acordo com Hoffmann (2005) esse conjunto de ações contribui para os processos de ensino e de aprendizagem, pois o professor precisa refletir, readequar suas práticas e intervir na superação das aprendizagens de cada aluno.

Neste sentido, compreendemos que cabe ao educador utilizar a avaliação como parte de seu trabalho docente, com o objetivo de aprimorar seu ensino e interferir significativamente para avanços na aprendizagem do aluno. Para isso, é preciso reconhecer que a avaliação não consiste na atribuição de notas e classificação dos alunos. A avaliação tem a função orientar todo o processo de ensino e aprendizagem, conduzindo o aluno à apropriação do conhecimento científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das discussões transcorridas nesse estudo, pudemos constatar que a prática avaliativa implica influências sobre os processos de ensino e de aprendizagem, nos quais professor e aluno estão envolvidos. Assim, o professor, precisa se conscientizar sobre seu papel que vai além de classificar ou atribuir notas, mas em compreender e orientar todo processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e suas interações sociais.

Compreendemos que a avaliação é um processo contínuo e formativo do trabalho docente, portanto, não deve ser realizada somente nos finais de semestres, mas diariamente. Afinal, a qualquer momento, uma criança pode apresentar uma reação significativa, que precisa ser considerada no processo avaliativo.

Nessa perspectiva, destacamos a observação e o registro como fatores essenciais que devem permear a prática avaliativa. Os registros podem ser realizados por meio de diferentes instrumentos avaliativos. No entanto, cabe ao professor estabelecer critérios para a escolha destes instrumentos, visto que, alguns, possuem falhas evidentes desvalorizando os processos de ensino e de aprendizagem em sua totalidade, diminuindo a qualidade da prática avaliativa. Já

outros, são capazes de transcrever todo o percurso realizado pelo aluno, considerando todos os momentos de avanços, retrocessos, conquistas e qualquer outra situação significativa que venha a ocorrer, relacionando-os com suas interações sociais, que são fundamentais para a compreensão sobre a criança.

Cabe ainda destacarmos a escassez dos instrumentos existentes e da necessidade de elaboração de mais instrumentos avaliativos que podem ser construídos pelo professor, uma vez que, conhece as necessidades da prática avaliativa. No entanto, cabe a instituição e ao sistema educativo a função de oferecer suporte aos professores para que possam desempenhar adequadamente seu papel.

A revisão e os aprofundamentos teóricos nos possibilitaram atingir o principal objetivo dessa pesquisa, o qual foi refletir e compreender como a avaliação na primeira etapa da educação básica influencia os processos de ensino e de aprendizagem. Desta forma, procuramos discutir os principais focos de estudo como as concepções de avaliação, os instrumentos avaliativos e o papel do professor no processo avaliativo.

Portanto, foi possível compreender que a avaliação consiste em um conjunto de ações que quando realizada corretamente, gera grandes avanços para o ensino do professor e na aprendizagem da criança. No entanto, o professor precisa utilizar de instrumentos adequados, que o possibilite identificar os avanços e as dificuldades apresentadas pela criança, para o replanejamento e melhoramento da prática pedagógica.

Os resultados dessa pesquisa apontam que o principal influenciador da avaliação nos processos de ensino e aprendizagem é o professor, pois seu papel no processo avaliativo é fundamental e indispensável para qualquer ação.

Por fim, destacamos a importância das pesquisas, estudos e formações para que os professores compreendam a relevância do processo avaliativo para a formação humana, bem como, a fundamental influência de seu papel como profissional neste processo, sendo um agente do processo de ensino, promovendo a aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, Teresa Lleixà e col. **Educação Infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. Cap. 15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. De 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. De 26 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, v. 1. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05, 17 dez. 2009. Institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009a. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2009). **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745&Itemid=866. Acesso em: 30 ago 2017.

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basilio. Processo **avaliativo na Educação Infantil**. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010. Disponível em: <http://www.esab.edu.br/arquivos/monografias/maria-da-penhaaparecida-klug-basilio-carneiro.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio**: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MENDES, Geisa. S. C. V.; MUNHOZ, Alícia. M. H. Instrumentos de avaliação diversificados – Um aspecto da avaliação processual e do trabalho pedagógico. **Série Acadêmica**, PUC-Campinas, n. 22 p. 29-41. jan./dez. 2007.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na educação infantil**. Portal MEC: 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com_docman&task=doc_download. Acesso em: 11 out. 2017.

MORO, Catarina. **Desafios da Avaliação**. Educação. 2 ed. São Paulo: Segmento, out. 2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, [S.l.], v. 9, n. 33, p. 78-95, out. 2012. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555/7124>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento: um processo Sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1995.

PERRENOUD, Phillippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZABALZA, Miguel A. Os diferentes âmbitos da avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed Editora, Ano IV, Nº. 10. Mar/Jun., 2006.

